

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	3
5.3 - Descrição - Controles Internos	4
5.4 - Alterações significativas	5

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	6
10.2 - Resultado operacional e financeiro	24
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	25
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	26
10.5 - Políticas contábeis críticas	28
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	32
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	33
10.8 - Plano de Negócios	34
10.9 - Outros fatores com influência relevante	35

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

5.1 Descrever, quantitativa e qualitativamente, os principais riscos de mercado a que o emissor está exposto, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros.

A CASAN expõe-se ao risco de perdas em decorrência de oscilações em variáveis econômicas e financeiras, como taxas de juros, taxas de câmbio, preços de ações e commodities.

Riscos relacionados à variação cambial

A CASAN está exposta às variações nas taxas de câmbio do Real em relação ao Euro e ao Iene já que entre seus passivos encontram-se empréstimos e financiamentos nessas moedas.

No caso de desvalorização do Real em relação à moeda estrangeira em que a dívida esteja registrada, a CASAN incorrerá em prejuízo monetário em relação a tal dívida.

Risco da taxa de juros

Este risco é oriundo da possibilidade da CASAN incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, ou outros indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados ou diminuam a receita financeira oriundas das aplicações financeiras da Companhia.

A CASAN não possui instrumentos de proteção contra as taxas de juros. Contudo, investe o saldo do fluxo de caixa em operações de curto prazo através de instituição financeira controlada pelo Governo Federal. Dessa forma, a exposição da CASAN às taxas de juros é parcialmente limitada pelo ganho nos investimentos de curto prazo, normalmente remunerados com base na variação da Taxa DI.

RISCO DE MERCADO

É o risco de diminuir os ganhos da Companhia ou o valor de suas participações em instrumentos financeiros em virtude de alterações nos preços de mercado tais como as taxas de câmbio e taxas de juros. O gerenciamento dos riscos de mercado objetiva controlar a exposição da Companhia a esses riscos mantendo-os dentro de parâmetros aceitáveis, e, ao mesmo tempo, otimizando o retorno dos investimentos.

Dentre os possíveis riscos de mercado a CASAN expõe-se ao risco de perdas em decorrência de oscilações nas taxas de juros, taxas de câmbio, recebimento de crédito e diminuição de liquidez.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Riscos relacionados à variação cambial

A CASAN está exposta às variações nas taxas de câmbio do Real em relação ao Euro e ao Iene já que entre seus passivos encontram-se empréstimos e financiamentos nessas moedas.

No caso de desvalorização do Real em relação à moeda estrangeira em que a dívida esteja registrada, a CASAN incorrerá em prejuízo monetário em relação a tal dívida.

Risco de crédito

Surge da possibilidade da Companhia incorrer em prejuízo financeiro caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes e de títulos de investimento.

Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora as contas a receber de consumidores realizando diversas ações de cobrança, incluindo a interrupção do fornecimento, caso o consumidor deixe de realizar seus pagamentos. No caso de consumidores o risco de crédito é baixo devido à grande pulverização da carteira.

Risco de liquidez

É o risco de a Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações de seus passivos financeiros liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

Na administração de liquidez, a abordagem da CASAN é de garantir o máximo possível que exista liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sem causar perdas inaceitáveis ou danos diversos.

Há que se observar a possibilidade de ocorrência de risco de liquidez em decorrência do risco cambial já que em alguns casos o recebimento de valores emprestados por organizações estrangeiras é feito em outra moeda e está sujeito à variação cambial. Assim, ocorrendo diferença desfavorável no recebimento de valores em virtude do câmbio, haverá a necessidade de aumento da contrapartida paga pela CASAN e, conseqüentemente, diminuição da liquidez da companhia.

Outro ponto a ser observado é que a falha no cumprimento de obrigações contratuais por parte de clientes ou contraparte em um instrumento financeiro, além do risco de crédito, pode ocasionar o risco de liquidez, em especial, no que diz respeito à renovação das concessões.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**5.2 Descrever a política de gerenciamento de riscos de mercado adotada pelo emissor, seus objetivos, estratégias e instrumentos, indicando:**

- a) riscos para os quais se busca proteção.***
- b) estratégia de proteção patrimonial (hedge).***
- c) instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge).***
- d) parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos.***
- e) se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos.***
- f) estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos.***
- g) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada.***

A CASAN não mantém uma estrutura específica de controle de gerenciamento de riscos, como também não realiza operações de “hedge”.

E na busca de reduzir os desembolsos financeiros, a Companhia busca gerenciar suas dívidas de forma a negociar a troca das dívidas existentes por dívidas de menor custo.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

5.3 Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos de mercado a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada.

Não houve alterações significativas.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas

5.4 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**10. Comentários dos diretores****10.1 Os diretores devem comentar sobre:**

a) condições financeiras e patrimoniais gerais.

Uma gestão marcada pela austeridade no controle de gastos e na busca de uma maior eficiência na prestação dos serviços permitiu que a empresa registrasse no período de 2005 a 2013 lucros acumulados no montante de 221,5 milhões.

10.1 - a - Principais Indicadores dos últimos oito anos

Indicadores	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Ativo Total (AT)	1.317.447	1.383.808	1.446.722	1.606.574	1.721.817	2.288.511	2.247.279	2.328.908
Patrimônio Líquido (PL)	736.064	788.034	989.918	1.018.276	1.003.738	1.277.898	1.236.642	1.220.275
Receita Operacional Líquida (ROL)	355.102	379.319	415.968	466.326	489.036	539.155	610.342	659.952
Lucro Líquido (LL)	24.760	54.431	18.117	32.515	-11.477	7.904	21.418	41.584
Endividamento Geral (PC + ELP)/AT	0,44	0,43	0,32	0,37	0,42	0,44	0,44	-
Ebtida	86.086	144.911	78.824	90.508	27.498	75.903	117.888	0
Ebit	58.156	113.711	45.918	56.260	-11.512	37.748	56.640	0
Geração de Caixa	117.148	142.597	201.916	116.539	30.241	59.798	118.260	0
Endividamento Financeiro (EF/AT)	0,10	0,09	0,09	0,14	0,12	0,11	0,11	-
Endividamento Curto Prazo (EFCP/EFT)	0,28	0,28	0,30	0,12	0,13	0,42	0,45	-
Margem Bruta (LB/ROL)	38,20%	40,30%	30,00%	66,20%	67,07%	66,98%	62,33%	0,00%
Margem Operacional (LO/ROL)	8,50%	13,50%	7,20%	7,60%	-7,87%	1,66%	4,10%	0,00%
Margem Líquida (LL/PL)	7,00%	14,30%	4,40%	7,00%	-2,35%	1,47%	3,51%	0,00%
Rentabilidade Patrimonial (LL/PL)	3,40%	6,90%	1,80%	3,20%	-1,13%	0,61%	1,71%	0,00%
Liquidez Geral (AC+RLP)/(PC+ELP)	0,26	0,73	0,98	1,02	0,94	0,54	0,49	-
Liquidez Corrente (AC/PC)	0,48	0,52	1,02	1,37	1,73	1,23	1,07	-
Impostos/Receita Bruta*	11,80%	13,80%	12,20%	12,70%	11,30%	9,47%	11,45%	0,00%

* Impostos = PASEP+COFINS+IR+CSLL

Obs.: Para fins de análise de Balanço, a Receita Diferida (o antigo resultado de exercícios futuros) deve ser retirada do

Passivo não Circulante e considerada junto ao Patrimônio Líquido.

Fonte: Balanços Contábeis e Demonstrativos de Resultados - DF/GCT

b) estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

i) hipóteses de resgate.

ii) fórmula de cálculo do valor de resgate.

Não há hipótese de resgate de ações ou quotas, nem fórmula de cálculo.

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos.

Os Diretores da CASAN, com base em análise de seus indicadores de desempenho e de sua geração operacional de caixa, entendem e pelo presente manifestam que a CASAN tem plenas condições para honrar suas obrigações de curto e médio prazo.

A tabela abaixo indica a evolução da relação Dívida Líquida/EBITDA nos três últimos exercícios sociais:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**10.1 - c - Relação Dívida Líquida / Ebitda**

Em milhões R\$	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2013
Dívida total	258.622	237.861	330.143
Caixa e aplicações financeiras	72.345	34.710	120.673
Dívida Líquida	186.277	203.151	209.470
EBITDA	75.903	117.888	165.839
Índice Dívida Total/EBITDA	3,41	2,02	1,99
Índice Dívida Líquida/EBITDA	2,45	1,72	1,26

Obs.: Foram desconsideradas as partes relacionadas para o calculo das dívidas.

GCF/Dipro

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas.

As principais fontes de financiamentos para investimentos e capital de giro são a Caixa Econômica Federal, Banco Prósper, International Finance Corpotion - IFC e KFW.

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez.

Não há pretensão de financiamento para cobertura de deficiências de liquidez. Se houver necessidade momentânea ela poderá ser feita com antecipação do "float" da arrecadação nos agentes credenciados.

f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes.

Os contratos de empréstimos e financiamentos firmados pela Casan são compatíveis com os resultados das atividades e com a sua geração de caixa, estando absolutamente em dia com as obrigações assumidas nesses contratos.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**10.1 f - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**

	Passivo Circulante			Passivo não Circulante			Encargos anuais ponderados	
	2013	2012	2011	2013	2012	2011		
<u>Operações no Exterior:</u>								
International Finance Corporation - IFC	8.070	8.166	8.456	20.957	29.383	33.191	IPCA a.a fixo 7,60% + tx juros a.a	
Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD				80.662				IPCA a.a fixo 6,60% + tx juros a.a
Japan International Cooperation Agency - JICA				14.648	4.802			
Kreditanstalt Wiederaufbau KFW	1.120	935	859	2.210	2.767	3.330	4,5% var.	
	9.190	9.101	9.315	118.477	36.952	36.521	Cambial	
<u>Operações no país:</u>								
Caixa Econômica Federal - CEF								
CEF- Obras	10.659	10.465	11.588	32.394	32.133	40.937	9,87% + TR	
Caixa Econômica Federal - CEF								
CEF- Capital de Giro	10.000			6.463				
Banco Industrial e Comercial - BIC	30.000						IPCA 12%aa	
PETROS	10.000			15.834			IPCA 12%aa	
POSTALIS	20.000			52.500			IPCA 12%aa	
Prosper	520			1.040			IPCA 12% a.a	
FINEP	2.600			4.983			IPCA 12% a.a	
CEB	1.880	87.500		3.603	61.710		IPCA 12% a.a	
	85.659	97.965	99.088	116.817	93.843	113.698		
	94.849	107.066	108.403	235.294	130.795	150.219		

Fonte: GCT

a) Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira foram convertidos para reais, mediante a utilização das taxas de câmbio vigentes na data das informações trimestrais, 1 Euro equivalente a R\$ 3,2265 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 2,6954 em 31 de dezembro de 2012);

b) Em 31 de dezembro de 2013, os empréstimos e financiamentos estavam garantidos pelas receitas tarifárias da Companhia e tem seus vencimentos em até 2035;

Banco Kreditanstalt Wiederaufbau - KFW

A Companhia firmou em 18 de outubro de 1996, um contrato de abertura de crédito para aquisição de equipamentos com o banco alemão Kreditanstalt Für Wiederaufbau (KFW), no valor de DM 10.000, com juros de 4,5% ao ano a serem pagos semestralmente, juntamente com a amortização do principal nos meses de junho a dezembro, com vencimento final em dezembro de 2016.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Caixa Econômica Federal**

Os financiamentos obtidos da Caixa Econômica Federal - CEF refere-se a diversas linhas de crédito para investimentos em obras de saneamento básico.

O valor principal dos contratos e os encargos são pagos em bases mensais. Os contratos firmados têm carência de 14 a 26 meses para pagamento do principal. Os contratos de financiamentos com a Caixa Econômica Federal são garantidos, pelas receitas tarifárias da Companhia.

International Finance Corporation

O empréstimo obtido com a IFC foi firmado no dia 07/10/2010 no valor de BRL 40.000 milhões, com taxa de juros de 3,5% ao ano + 6,6% ao ano (IPCA atualizado anualmente), num total de 81 meses, com período de carência de 21 meses. Pagamento do serviço da dívida trimestral, iniciando em 15/07/2012 e carência em 15/10/2011.

Banco Prosper

Em julho de 2009, a Companhia firmou contrato com o Banco PROSPER, com prazo de carência de 02 anos e prazo total de 07 anos e tendo custo efetivo o IPCA + 12% ao ano.

Como garantia foi fornecida cessão fiduciária de direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços de saneamento realizadas pelo emitente, arrecadados pelo Banco do Brasil.

ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras. Não há outras relações de longo prazo com instituições financeiras.

iii) grau de subordinação entre as dívidas após 31/12/2013

FONTE RECURSO	Inferior a 1 ano (2014)	Superior a 1 ano e inferior a 3 anos (2015 e 2016)	Superior a 3 anos e inferior a 5 anos (2017 e 2018)	Superior a 5 anos (2019 em diante)	TOTAL
CEF	20.659.379,00	18.294.135,31	6.857.799,78	13.704.853,00	59.516.167,09
GOV DO ESTADO	9.076.361,29	18.152.722,56	18.152.722,56	41.599.989,49	86.981.795,90
KIW	1.119.217,44	2.210.121,63			3.329.339,07
BANCO PROSPER	35.000.000,00	65.460.000,00	12.500.000,00		112.960.000,00
IFC	8.069.914,95	15.232.000,00	5.724.952,35		29.026.867,30
JICA - Consultoria	-	-	5.074.939,10	9.572.834,34	14.647.773,44
AFD*	-	-	12.099.375,00	68.563.125,00	80.662.500,00
BIC BANCO	30.000.000,00				30.000.000,00
TOTAL	103.924.872,68	119.348.979,50	60.409.788,79	133.440.801,83	417.124.442,80

Fonte:

GFI

* Euro: 3,2265

* Iene: 0,02233

iv) eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

Contrato: 27233

Agente Financiador:

International Finance Corporation - IFC

Partes:

Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN e
International Finance Corporation - IFC

Data:

07/10/2010

Restrições quanto a Limites de Endividamento e Contratação de novas dívidas:

Restrições previstas nas cláusulas do empréstimo:

1. Índice de dívida financeira para ativos financeiros líquidos da concessão inferior a 80%*.
2. EBITDA inferior a 3,5% para 2010 e 2011 e inferior a 2,5% para os anos de 2012 a 2017*.
3. Índice de cobertura do serviço da dívida reajustado não inferior a 1,2 para 2010 e 2011, e, inferior a 1,5 de 2012 a 2017*.
4. Limite de penhor ou cessão de até 45% da Receita Operacional Líquida.

Restrições quanto a Distribuição de Dividendos:

Não há.

Restrições quanto a Alienação de Ativos:

Não há.

Restrições quanto a Emissão de novos valores mobiliários:

Não há.

Restrições quanto a Alienação de Controle Societário:

Não há.

Contrato: CRB 1036 01M

Agente Financiador:

Agence Française e Developpement - AFD

Partes:

Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN, Agence Française e Developpement - AFD e Governo do Estado de Santa Catarina

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Data:**

18/10/2012

Restrições quanto a Limites de Endividamento e Contratação de novas dívidas:**11.9 Endividamento**

A Tomadora do Empréstimo não contrairá nem manterá qualquer Dívida, exceto as Dívidas Autorizadas, exceto se:

- (i) O Índice de todas as Coberturas Projetadas de Serviço da Dívida, calculado para as próximas [5] datas de fechamento anuais e as [5] datas de fechamento semestrais, tomando em consideração o Endividamento adicional contemplado, são maiores do que [1.3];
- (ii) O Quociente de Alavancagem, calculado para as próximas [5] datas de fechamento anuais e as [5] datas de fechamento semestrais, tomando em consideração o Endividamento adicional contemplado, são menores do que [70%]./

A Tomadora do Empréstimo se compromete a notificar prontamente a Mutuante caso deva contrair outras Dívidas Autorizadas.

Sendo que:

Dívida**Autorizada**

significa:

- a) qualquer Dívida devida e exigível em prazo inferior a um ano, inclusive contas a pagar a fornecedores necessários no curso normal dos negócios da Tomadora do Empréstimo;
- b) Dívida a médio e longo prazo relativa ao Contrato;
- c) qualquer Dívida existente na Data da Assinatura deste Contrato, enumerada no Anexo 6 (*Empréstimos Existentes na Data da Assinatura*);
- d) qualquer nova Dívida assumida com o consentimento prévio por escrito da Mutuante.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

11.13 Índices Financeiros

A Tomadora do Empréstimo se compromete a cumprir os seguintes índices financeiros:

- (i) o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida não será inferior a 1.3;
- (ii) o Quociente de Alavancagem não excederá 70%;
- (iii) o Quociente da Dívida Financeira pela EBITDA não será maior do que:
 - 4,5 em cada data de fechamento até dezembro de 2015;
 - 4,0 em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2016;
 - 3,5 em cada data de fechamento posterior;
- (iv) o Índice de Liquidez Corrente não será inferior a:
 - 1,25 em 31 de dezembro de 2012;
 - 1,4 em cada data de fechamento posterior./'

Restrições quanto a Distribuição de Dividendos:

11.14 Dividendos

Exceto se acordado de outra forma pela Mutuante, a Tomadora do Empréstimo se compromete a não distribuir dividendos a seus acionistas, além do valor mínimo legal. Após um período de 5 (cinco) anos, a Tomadora do Empréstimo terá o direito de distribuir dividendos ficando disposto que: (i) um Modelo Financeiro satisfatório e atualizado seja enviado pela Tomadora do Empréstimo; e (ii) tal distribuição autorizada não comprometa a situação financeira da Tomadora do Empréstimo./'

Restrições quantos a Alienação de Ativos:

11.10 Alienações Autorizadas

A Tomadora do Empréstimo se compromete a não dispor de seus ativos, exceto em uma Alienação Autorizada.

Sendo:

Alienação(ões)	significa
Autorizada(s)	(a) ativos que estão obsoletos ou não necessários para o projeto ou ativos que não são

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

essenciais para o funcionamento ou desenvolvimento do negócio principal da Tomadora de Empréstimo, eliminados em condições normais de uso, ou que são vendidos, alugados, transferidos ou alienados no curso normal dos negócios da Tomadora de Empréstimo em condições normais de concorrência, ou quando a alienação seja permitida nos termos de qualquer outra disposição do presente Contrato;

- (b) ativos (incluindo, mas não limitado a ativos necessários para o Projeto), que são vendidos, alugados, transferidos ou cedidos em troca de outros ativos comparáveis ou superiores quanto ao tipo, valor, qualidade e quantidade;
- (c) ativos relacionados a quaisquer alterações que possam ser necessárias nos termos de uma mudança na legislação, desde que informado previamente à Mutuante sobre os ativos a serem alienados;
- (d) ativos que não excedam o valor total de um por cento (1%) do total de ativos da Tomadora de Empréstimo e de suas Subsidiárias determinado pelo último balanço anual auditado da Tomadora de Empréstimo; o'

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais***Restrições quanto a Emissão de novos valores mobiliários:***

Não há.

Restrições quanto a Alienação de Controle Societário:

A alteração no controle da empresa é considerado um evento de inadimplemento.

'13. EVENTOS DE INADIMPLEMENTO - ANTECIPAÇÃO DO VENCIMENTO**13.1 Eventos de Inadimplemento****13.1.10 Alteração no Controle**

Ocorra qualquer alteração no Controle.'

Contrato: 92.65588

Agente Financiador:

Banco Alemão - KFW - Kreditanstalt Fur Wiederaufbau.

Partes:

Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN e Banco Alemão - KFW - Kreditanstalt Fur Wiederaufbau.

Data:

18/10/1996

Restrições quanto a Limites de Endividamento e Contratação de novas dívidas:

Não há.

Restrições quanto a Distribuição de Dividendos:

Não há.

Restrições quantos a Alienação de Ativos:

Não há.

Restrições quanto a Emissão de novos valores mobiliários:

Não há.

Restrições quanto a Alienação de Controle Societário:

Não há.

Contrato:

Diversos contratos de Financiamentos, totais de quarenta e nove (49), distribuído em diversos municípios.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais***Agente Financiador:***

Caixa Econômica Federal (CEF).

Partes:

Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN e Caixa Econômica Federal (CEF).

Data:

1990 a 1998.

Restrições quanto a Limites de Endividamento e Contratação de novas dívidas:

Não há.

Restrições quanto a Distribuição de Dividendos:

Não há.

Restrições quanto a Alienação de Ativos:

Não há.

Restrições quanto a Emissão de novos valores mobiliários:

Não há.

Restrições quanto a Alienação de Controle Societário:

Não há.

Contrato:

Diversos contratos de Financiamentos, totalizando vinte e dois (22), distribuídos em diversos municípios.

Agente Financiador:

Caixa Econômica Federal (CEF).

Partes:

Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN e Caixa Econômica Federal (CEF).

Data:

16.04.2012 e 22.06.2012

Restrições quanto a Limites de Endividamento e Contratação de novas dívidas:

Penhor dos direitos emergentes de contratos de concessão ou contratos programa limitados a 03 vezes o encargo mensal. Fluxo de 03 vezes o valor a ser pago no mês em cobranças na conta 7667-0; manutenção de 1 vez a cobrança mensal na conta 7661-1 que fica bloqueado até o fim do contrato e garantia fidejussória do Estado de SC.

Restrições quanto a Distribuição de Dividendos:

Não há.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais***Restrições quantos a Alienação de Ativos:***

Não há.

Restrições quanto a Emissão de novos valores mobiliários:

Não há.

Restrições quanto a Alienação de Controle Societário:

Não há.

Contrato:

Financiamento de abertura de Crédito nº 08.2.0523.1.

Agente Financiador:

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.

Partes:

Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.

Data:

04.07.2008

Em 04 de agosto de 2010, o Estado de Santa Catarina realizou operação de crédito para a assunção de obrigações assumidas pela CASAN junto ao referido banco. Assim, quando da liquidação de cada parcela de amortização do principal, dos juros e dos encargos decorrentes da operação, a CASAN ressarcirá o estado de Santa Catarina de todos os valores relativos à assunção das obrigações.

Restrições quanto a Limites de Endividamento e Contratação de novas dívidas:

Não há

Restrições quanto a Distribuição de Dividendos:

Não há.

Restrições quantos a Alienação de Ativos:

Não Há

Restrições quanto a Emissão de novos valores mobiliários:

Não há.

Restrições quanto a Alienação de Controle Societário:

Não Há

Contrato:

193/2009, 324/2009, 325/2009, 340/2009, 342/2009 e 253/2010.

Agente Financiador:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Banco Prosper S.A.

Partes:

Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN e Banco Prosper S.A.

Data:

2009 e 2010

Restrições quanto a Limites de Endividamento e Contratação de novas dívidas:

Cessão Fiduciária dos Direitos Creditórios equivalente a 120% do serviço da dívida em conta reserva + 3,5% do valor do crédito concedido caucionado em aplicação financeira.

Restrições quanto a Distribuição de Dividendos:

Não há.

Restrições quantos a Alienação de Ativos:

Não há.

Restrições quanto a Emissão de novos valores mobiliários:

Não há.

Restrições quanto a Alienação de Controle Societário:

Não há.

Contrato:

1226171

Agente Financiador:

Banco Industrial e Comercial SA - BICBANCO

Partes:

Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN e Banco Industrial e Comercial SA - BICBANCO

Data:

04/07/2013

Restrições quanto a Limites de Endividamento e Contratação de novas dívidas:

Cessão Fiduciária dos Direitos Creditórios equivalente a 100% do serviço da dívida.

Restrições quanto a Distribuição de Dividendos:

Não há.

Restrições quantos a Alienação de Ativos:

Não há.

Restrições quanto a Emissão de novos valores mobiliários:

Não há.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Restrições quanto a Alienação de Controle Societário:**

Não há.

g) limites de utilização dos financiamentos já contratados.

Agente Financeiro	Contratos	Valor do contrato	Desembolsos Realizados		Saldo a Desembolsar	
			Total	%	Total	%
Partes Relacionadas Governo do Estado	PAC I - Programa de Aceleração do Crescimento, destinados a execução de obras e serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário	150.475.807,16	102.859.611,77	68,36%	47.616.195,39	31,64%
AFD	Agence Française e Developpement	321.864.202,32	74.087.500,00	23,02%	247.776.702,32	76,98%
* JICA	BZ-P16 - Programa de Saneamento Ambiental do Estado de Santa Catarina	322.132.580,00	14.267.365,01	4,43%	307.865.214,99	95,57%
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	SES Laguna	25.842.709,36	9.163.586,35	35,46%	16.679.123,02	64,54%
	ETA Morro dos Quadros	12.451.735,68	1.982.753,03	15,92%	10.468.982,66	84,08%
	SES Criciúma Próspera	45.298.845,00	97.293,85	0,21%	45.201.551,15	99,79%
	SES Fpolis Continente	12.298.596,02	1.060.089,45	8,62%	11.238.506,57	91,38%
	SES Bacias Urbanas S.José (Projeto)	1.036.600,00	202.708,50	19,56%	833.891,50	80,44%
TOTAL		891.401.075,54	203.720.907,95	22,85%	687.680.167,59	77,15%

Fonte: Gfi

* Taxa Ienes utilizada ref 31.12.2013 ¥ 0,02233

* Taxa Ienes utilizada ref 31.12.2013 € 3,2265

Valores retirados da planilha controle de contratos 2013

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras.**

Principais variações nas contas patrimoniais de 31/12/2012 em relação à 31/12/2013:

10.1 - h - Principais Variações das Contas Patrimoniais

Item	2012	AV	2013	AV	AH
Caixa e Equivalentes de Caixa	12.422.016	0,55%	18.785.828	0,81%	51,23%
Titulos e Valores Mobiliários	22.287.535	0,99%	101.886.703	4,37%	357,15%
Contas a Receber de Clientes	124.412.077	5,54%	125.925.767	5,41%	1,22%
Partes Relacionadas	7.978.233	0,36%	8.863.630	0,38%	11,10%
Estoques	28.653.878	1,28%	29.050.678	1,25%	1,38%
Outros	61.024.216	2,72%	61.347.398	2,63%	0,53%
Ativo Circulante	256.777.955	11,43%	345.860.004	14,85%	34,69%
Contas a Receber de Clientes	7.183.750	0,32%	6.734.670	0,29%	-6,25%
Depósitos Judiciais	79.978.392	3,56%	84.376.859	3,62%	5,50%
Ativo Fiscal Diferido	81.229.057	3,61%	74.254.143	3,19%	-8,59%
Ativos Financeiros	59.274.913	2,64%	22.095.737	0,95%	-62,72%
Ativo Realizável a Longo Prazo	227.666.112	10,13%	187.461.409	8,05%	-17,66%
Investimentos	303.589	0,01%	303.589	0,01%	0,00%
Imobilizado	28.730.548	1,28%	28.897.486	1,24%	0,58%
Obras em Andamento	219.393.618	9,76%	262.101.286	11,25%	19,47%
Intangível	1.514.407.522	67,39%	1.504.284.404	64,59%	-0,67%
Ativo Permanente	1.762.835.277	78,44%	1.795.586.765	77,10%	1,86%
Ativo Não Circulante	1.990.501.389	88,57%	1.983.048.174	85,15%	-0,37%
Ativo	2.247.279.344	100,00%	2.328.908.178	100,00%	3,63%
Empréstimos e Financiamentos	107.065.844	4,76%	94.848.790	4,07%	-11,41%
Fornecedores e Empreiteiros	18.778.342	0,84%	22.965.516	0,99%	22,30%
Partes Relacionadas	15.919.540	0,71%	16.648.536	0,71%	4,58%
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	29.135.947	1,30%	39.420.470	1,69%	35,30%
Plano de Demissão Voluntária Incentivada	26.787.507	1,19%	14.583.178	0,63%	-45,56%
Impostos e Contribuições à Recolher	34.449.520	1,53%	52.356.177	2,25%	51,98%
Dividendos Propostos	5.778.760	0,26%	10.634.931	0,46%	84,03%
Participação Estatutárias	26.369	0,00%	26.369	0,00%	0,00%
Cartão Corporativo Banco do Brasil	-	0,00%	4.424.175	0,19%	-
Outros	2.689.142	0,12%	2.976.346	0,13%	10,68%
Passivo Circulante	240.630.971	10,71%	258.884.488	11,12%	7,59%
Empréstimos e Financiamentos	130.794.977	5,82%	235.294.135	10,10%	79,90%
Partes Relacionadas	76.977.692	3,43%	77.905.435	3,35%	1,21%
Plano de Demissão Voluntária Incentivada	43.665.972	1,94%	31.511.349	1,35%	-27,84%
Impostos e Contribuições à Recolher	71.053.729	3,16%	64.308.619	2,76%	-9,49%
Imposto de Renda e Cont. Social Diferidos	211.422.940	9,41%	206.819.167	8,88%	-2,18%
Provisão para Contingências	139.262.697	6,20%	138.875.979	5,96%	-0,28%
Plano Previdenciário	81.270.962	3,62%	76.946.638	3,30%	-5,32%
Outros	68.307	0,00%	115.941	0,00%	69,74%
Receita Diferida	15.489.513	0,69%	17.970.968	0,77%	16,02%
Passivo Não Circulante	770.006.789	34,26%	849.748.231	36,49%	10,36%
Capital Social	842.266.638	37,48%	842.266.638	36,17%	0,00%
Adiantamento p/ Futuro Aumento de Capital	19.890.000	0,89%	24.773.623	1,06%	24,55%
Reserva de Reavaliação	109.396.105	4,87%	104.275.291	4,48%	-4,68%
Ajuste Patrimonial	200.984.467	8,94%	150.872.570	6,48%	-24,93%
Reserva Legal	4.149.789	0,18%	6.229.000	0,27%	50,10%
Reserva para Fundo de Investimentos	7.293.171	0,32%	7.293.171	0,31%	0,00%
Reservas de Lucros a Realizar	52.661.414	2,34%	84.565.166	3,63%	
Patrimônio Líquido	1.236.641.584	55,03%	1.220.275.459	52,40%	-1,32%
Passivo	2.247.279.344	100,00%	2.328.908.178	100,00%	3,63%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O Ativo Circulante aumentou 34,69%, passando de R\$ 256,8 milhões em 31 de dezembro de 2012 para R\$ 345,8 milhões em 31 de dezembro de 2013. O acréscimo deve-se ao aumento significativo nas rubricas Títulos e Valores Mobiliários e Partes Relacionadas. A primeira rubrica trata-se das aplicações financeiras da empresa que passaram de R\$ 22,2 milhões em 31 de dezembro de 2012 para R\$ 101,8 milhões em 31 de dezembro de 2013. A segunda rubrica representa os créditos da empresa para com os seus acionistas, entre eles o Estado de Santa Catarina, a CELESC e a CODESC. O valor desta rubrica passou de R\$ 2,5 milhões em 31/12/2012 para R\$ 8,8 milhões em 31/12/2013.

Realizável à Longo Prazo:

O Ativo Realizável à Longo Prazo diminuiu em 17,66% na comparação entre 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2013, passando de R\$ 227,6 milhões para R\$ 187,4 milhões. O principal motivo para esta variação foi à expressiva baixa (62,72%) realizada no Ativo Financeiro da companhia. Essa baixa deu-se em função da pequena possibilidade de sucesso nas ações judiciais impetradas contra municípios que deixaram de ser atendidos pela Casan.

Permanente:

O Ativo Permanente apresentou um acréscimo de 2012 para 2013, variando em 1,86%, passando de 1.762,8 para 1.795,5 bilhões. O crescimento de 19,74% na rubrica de Obras em Andamento foi praticamente responsável pelo aumento de 1,86% no total da conta. O Intangível representa 66,94% do grupo Permanente. O incremento em Obras em Andamento deve-se a maior quantidade de obras iniciadas durante o exercício de 2013.

Passivo

Circulante:

O Passivo Circulante aumentou 7,59% no período, passando de R\$ 240,6 milhões em 2012 para R\$ 258,8 milhões em 31 de dezembro de 2013. O acréscimo foi motivado, sobretudo, pelo aumento na rubrica Impostos e Contribuições a Recolher (51,98%), Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias (35,30%) e Dividendos Propostos (84,03%). As contas Empréstimos e Financiamentos e Plano de Demissão Voluntária Incentivada sofreram decréscimo de 11,41% e 45,56% respectivamente em relação ao exercício de 2012.

Não Circulante ou Exigível à Longo Prazo:

O Passivo Não Circulante sofreu acréscimo de 10,36% no período, variando de R\$ 770,0 milhões em 31 de dezembro de 2012, para R\$ 849,7 milhões em 31 de dezembro de 2013. O principal aumento no grupo ocorreu na rubrica Empréstimos e Financiamentos de Longo Prazo (79,90%).

Patrimônio Líquido:

Em 31 de dezembro de 2013, o patrimônio líquido da CASAN, reduziu-se para o montante de R\$ 1.220,2 bilhões, valor este 1,32% menor do que o apurado em 31 de dezembro de 2012 (R\$

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

1.236,6 bilhões). Esta redução decorre em maior parte da amortização do valor da rubrica Ajuste Patrimonial.

Resultado do Exercício Encerrado em 31/12/2013 em relação ao Resultado do Exercício Encerrado em 31/12/2012.

Item	2012	2013	%	Variação
Tarifas de água	546.374	592.313	87,94%	108,41%
Tarifas de esgoto	108.318	119.934	17,81%	110,72%
Outras	18.860	14.767	2,19%	78,30%
Total [Receita Bruta]	673.552	727.014	107,94%	107,94%
Deduções da Receita	(63.210)	(67.062)	-9,22%	98,29%
Receita Operacional Líquida	610.342	659.952	90,78%	100,18%
Custo dos Serviços Prestados	(229.906)	(250.203)	-37,15%	108,83%
Lucro Bruto	380.436	409.749	60,83%	107,71%
Com vendas	(39.511)	(55.826)	-8,29%	141,29%
Gerais e Administrativas	(252.145)	(247.383)	-36,73%	98,11%
Fiscais e tributárias	(5.904)	(4.585)	-0,68%	77,66%
Total [Despesas Operacionais]	(297.560)	(307.794)	-45,70%	103,44%
Receitas operacionais	5.398	11.280	1,67%	208,97%
Despesas operacionais	(31.634)	(10.862)	-1,61%	34,34%
Total [Outras Receitas (Despesas) Operacionais]	(26.236)	418	0,06%	-1,59%
Lucro Operacional Antes do Resultado Financeiro	56.640	102.373	15,20%	180,74%
Receitas financeiras	8.827	10.612	1,58%	120,22%
Despesas financeiras	(40.447)	(46.584)	-6,92%	115,17%
Total [Resultado Financeiro]	(31.620)	(35.972)	-5,34%	113,76%
Lucro Operacional	25.020	66.401	9,86%	265,39%
Receitas não operacionais	921	956	0,14%	103,80%
Despesas não operacionais	(6.044)	(21)	0,00%	0,35%
Total [Resultado não Operacional]	(5.123)	935	0,14%	-18,25%
Lucro Antes do Imp. de Renda e Contr. Social	19.897	67.336	10,00%	338,42%
Provisão para imposto de renda	(10.106)	(18.154)	-2,70%	179,64%
Provisão para contribuição social	(3.838)	(6.882)	-1,02%	179,31%
Imposto de renda e cont. social diferidos	10.794	6.259	0,93%	57,99%
Imposto de renda e cont. social ativo fiscal diferido	4.671	(6.975)	-1,04%	-149,33%
Total [Impostos sobre o lucro]	1.521	(25.752)	-3,82%	-1693,10%
Lucro Antes das Participações	21.418	41.584	6,17%	194,15%
Participações em Resultados	0	0	0,00%	
Lucro Líquido do Exercício	21.418	41.584	6,17%	194,15%
Quantidade de Ações	715.094	715.094	0	
Lucro por ações	0,02995	0,05815	0	

Fonte: GCT

Receita:

A Receita Operacional Líquida da CASAN aumentou R\$ 49,6 milhões, ou 8,12%, passando de R\$ 610,3 milhões em 2012 para R\$ 659,9 milhões em 2013. A Receita Bruta aumentou R\$ 53,4 milhões, ou 7,94%, passando de R\$ 673,6 milhões em 2012 para R\$ 727,0 milhões em 2013.

A Receita Bruta com tarifas de água em 2013 aumentou 8,41%, passando de R\$ 546,3 milhões em 2012 para R\$ 592,3 milhões em 2013.

A Receita Bruta com tarifas de esgoto em 2013 aumentou 10,72%, passando de R\$ 108,3 milhões em 2012 para R\$ 119,9 milhões em 2013.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

2013. O incremento observado ocorreu em função do crescimento no número de ligações de esgoto no período, e do crescimento do consumo por ligação.

As outras receitas com serviços de água e esgoto diminuíram em 2013, passando de R\$ 18,9 milhões para R\$ 14,7 milhões.

Custo dos Serviços Prestados:

O Custo dos Serviços Prestados pela CASAN em 2013 foi R\$ 20,2 milhões superior ao ano anterior em 8,83%, passando de R\$ 229,9 milhões em 2012 para R\$ 250,2 milhões em 2013. Como percentual da Receita Bruta, o Custo dos Serviços Prestados passou de 34,1% em 2012, para 34,4% em 2013, ou seja, manteve-se estabilizado.

Lucro Bruto:

Como resultado dos fatores comentados acima, o Lucro Bruto em 2013 aumentou em R\$ 29,3 milhões, passando de R\$ 380,4 milhões em 2012 para R\$ 409,7 milhões em 2013, ou seja, 7,70% de acréscimo. Como percentual da Receita Bruta, o Lucro Bruto passou de 56,4% em 2012 para 56,3% em 2013.

Despesas com Vendas:

As Despesas Operacionais com Vendas apresentaram aumento em 2013 de R\$ 16,3 milhões, ou 41,29%, passando de R\$ 39,5 milhões em 2012 para R\$ 55,8 milhões em 2013. Como percentual da Receita Bruta, as Despesas com Vendas aumentaram de 5,91% em 2012, para 7,67% em 2013. O aumento em Despesas com Vendas decorreu principalmente do crescimento nas Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa.

Despesas Gerais e Administrativas:

As Despesas Gerais e Administrativas foram reduzidas em R\$ 4,7 milhões, ou 1,92%, passando de R\$ 252,1 milhões em 2012 para R\$ 247,3 milhões em 2013. Como percentual da Receita Bruta, as Despesas Gerais e Administrativas diminuíram de 37,4% em 2012, para 34,0% em 2013.

Outras Receitas e Despesas Operacionais:

Em 2013, o saldo líquido das Outras Receitas e Despesas Operacionais foi de 0,4 milhões de receita líquida, ante 26,2 milhões de despesas em 2012.

As Outras Receitas Operacionais passaram de 5,3 milhões em 2012 para 11,2 milhões em 2013, ou 108,9% de acréscimo no período.

Com referência as Outras Despesas Operacionais, o montante de 10,8 milhões em 2013 é inferior em 65,6% se comparado aos 31,6 milhões em 2012.

Resultado Financeiro:

O Resultado Financeiro compreende principalmente os juros de endividamento e as perdas (ou ganhos) cambiais e monetárias referentes às dívidas da Companhia, parcialmente compensados por receitas com valores mobiliários (bonificações, dividendos e juros), descontos, multas e acréscimos auferidos, sobretudo em razão de acordos firmados referentes a contas a pagar e a receber.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A Despesa Financeira Líquida cresceu de R\$ 31,6 milhões em 2012 para R\$ 35,9 milhões em 2013, o que representou 13,76% de incremento.

As Despesas Financeiras passaram de R\$ 40,4 milhões em 2012 para R\$ 46,5 milhões em 2013, ou 15,2% de acréscimo.

As Receitas Financeiras que fecharam 2012 em R\$ 8,8 milhões aumentaram para R\$ 10,6 milhões em 2013, um acréscimo de 20,2%.

Lucro Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social:

O resultado antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social foi representado em 2013, por um Lucro de R\$ 67,3 milhões, valor 238,4% maior que o Lucro apurado em 2012 (R\$ 19,8 milhões).

Imposto de Renda e Contribuição Social:

A provisão para o Imposto de Renda apurado no exercício passou de R\$ 10,1 milhões em 2012 para R\$ 18,1 milhões em 2013; crescimento de 79,6%.

O mesmo ocorreu com a Contribuição Social, que passou de R\$ 3,8 milhões para R\$ 6,8 milhões, um crescimento de 79,3%.

Lucro Líquido:

Como resultado dos fatores descritos acima, o Lucro Líquido de R\$ 41,5 milhões apurado em 2013 foi 94,1% maior que o Lucro Líquido de R\$ 21,4 milhões apurado em 2012. Como percentual da Receita Bruta, o resultado verificado em 2013 corresponde a 5,7%.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**10.2 Os diretores devem comentar:**

- a) resultados das operações do emissor, em especial:
- i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita.
 - ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais.

A recomposição tarifária no exercício de 2013 foi da ordem de 6,82%, com vigência a partir do dia 01 de agosto de 2013.

A receita operacional líquida de R\$ 659,9 milhões em 2013, teve um acréscimo de 8,12% em relação ao ano de 2012.

Os custos dos serviços prestados tiveram um acréscimo de 8,83% em relação ao ano anterior, representado principalmente pelo aumento nas despesas com material e serviços prestados por terceiros.

- b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.

Reajuste tarifário de 6,82% e um incremento de 23.336 novas ligações que foram atendidas com abastecimento de água, e de 4.092 novas ligações que foram integradas a rede de coleta e tratamento de esgoto sanitário.

- c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor.

O impacto no resultado financeiro foi da ordem de 13,76%, passando de R\$ 31,6 milhões no ano de 2012, para R\$ 35,9 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

10.3 - Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a) introdução ou alienação de segmento operacional.

Não aplicável à Casan

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

Não houve.

c) eventos ou operações não usuais.

Não houve.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**10.4 Os diretores devem comentar:**

a) mudanças significativas nas práticas contábeis.

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e nas normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As informações contábeis são apresentadas em reais, moeda funcional e de apresentação, e todos os valores arredondados para milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma.

A Companhia está adotando os dispositivos da Lei nº 11.638/07, a qual modificou certas disposições da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações). Essa Lei estabeleceu diversas alterações sobre a elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, visando o alinhamento com as normas internacionais de contabilidade (IFRS), e nessa direção, atribuiu à CVM o poder de emitir normas e procedimentos contábeis para as Companhias de capital aberto.

A Companhia está adotando também a Medida Provisória nº 449, convertida na Lei nº 11.941/09, que instituiu o RTT - Regime Tributário de Transição, que trata dos ajustes tributários decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos pela Lei nº 11.638/07, além de introduzir algumas alterações à Lei nº 6.404/76.

A Lei nº 11.638/07 atualizou a legislação societária brasileira, possibilitando o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade (IFRS).

b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis.

As demonstrações financeiras individuais da Companhia foram a preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (IFRS). As demonstrações financeiras individuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foram adotadas pela segunda vez na companhia de conformidade com as IFRS.

c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor.

As demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2013 foram auditadas pela empresa VGA & Valério Matos Auditores Independentes, que emitiu parecer sem ressalva.

OPINIÃO SEM RESSALVA

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações, os seus fluxos de caixa e os valores adicionados para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**ÊNFASE**

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia. Contudo, com o término de algumas concessões, conforme descrito na nota explicativa nº 1, alínea (i) e a promulgação da Lei nº 11.445/07, a Companhia está em processo de renegociação e adequação das concessões nos municípios onde opera os serviços de abastecimento de água e de coleta e disposição de esgotos sanitários. As demonstrações financeiras não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores de ativos ou quanto aos valores e a classificação de passivos que seriam requeridos na impossibilidade da Companhia continuar operando.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5 Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros.

Transações em moeda estrangeira

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o real de acordo com as normas descritas no Pronunciamento Técnico CPC nº 02 - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, aprovado pela Deliberação CVM nº 534/08.

Transações em moeda estrangeira são contabilizadas pela taxa de câmbio do dia da transação. Ativos ou passivos denominados em moedas estrangeiras são convertidos utilizando-se a taxa de câmbio na data do balanço patrimonial. As variações cambiais são reconhecidas nas demonstrações do resultado à medida que ocorrem.

Provisões para contingências

a) Contingências trabalhistas

As causas trabalhistas provisionadas dizem respeito ao pagamento de horas extras e outras questões salariais (agregações e despedidas sem justa causa), com risco de perda provável. Assim, com base em informações da Procuradoria Geral da CASAN, a Companhia estimou e provisionou o valor de R\$ 13,0 milhões em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 12,3 em 31 de dezembro de 2012) em face de eventuais perdas nesses processos.

b) Contingências cíveis

Tramita na esfera judicial de Santa Catarina, ação de processo civil referente a diferenças de juros e correção monetária, previstos em contratos, em face de atrasos nos pagamentos mensais das faturas de cobrança, relativas ao período de maio de 1994 a maio de 1997. Este processo ainda não possui sentença judicial, todavia, trata-se de pleito que encontra respaldo contratual e jurídico, daí a necessidade de provisão do valor de R\$ 25,7 milhões em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 26,8 em 31 de dezembro de 2012). Os outros R\$100.000 milhões, referem-se a provisão do processo 023.05.002648-0

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

(Embargos à Execução 023.05.031122-3), conforme descrito na nota explicativa nº20.

c) Contingências fiscais

Refere-se à ação de execução fiscal impetrada pelo município de Lages a título de cobrança de IPTU no montante de R\$ 0,1 milhão em 31 de dezembro de 2013.

Ativo Financeiro

Registram-se os valores residuais dos ativos imobilizados dos municípios que rescindiram o contrato de concessão com a CASAN.

Conforme comentado na nota 1, desde 2002 a Companhia se depara com término de alguns contratos de concessões de exploração dos serviços públicos municipais de abastecimento de água e coleta e disposição de esgotos sanitários, sendo que quinze municípios já optaram pela municipalização, rompendo com a CASAN a exploração dos mesmos.

Até o presente momento a Companhia possui ações indenizatórias estimadas em R\$ 405,6 milhões, pelos investimentos realizados, contra esses municípios.

Destacamos que a ação contra o município de Balneário Camboriú foi favorável a CASAN e que aquela municipalidade optou pela indenização. Antes do encerramento do processo judicial, a CASAN e o Município de Balneário Camboriú entabularam termo de transação, que foi submetido à homologação judicial, não sendo homologado pelo Poder Judiciário, em que pese ter havido Lei Municipal autorizando a avença.

Não concordando com o teor da decisão exarada, tanto o Município de Balneário Camboriú como a CASAN interpuseram recurso de apelação, que aguarda julgamento pelo Egrégio Tribunal de Justiça de Santa Catarina, sem data prevista.

Pautada em seus contratos de Gestão Associada com os referidos municípios e na Lei nº 11.445/07, que prevêem a indenização de eventuais créditos remanescentes de investimentos ainda não amortizados ou depreciados, a Companhia reclassificou o saldo residual dos investimentos efetuados, antes contabilizados no ativo imobilizado, para o ativo não circulante, na rubrica "Ativo Financeiro"

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Plano previdenciário/Benefícios a empregados

a) Benefícios previdenciários

Plano CASANPREV

Administrado pela Fundação Casan de Previdência Complementar – CASANPREV, o Plano CASANPREV está estruturado na modalidade de Contribuição Variável, na qual a fase de acumulação se dá nas modalidades de Contribuição Definida e Benefício Definido, e o período de recebimento dos benefícios em uma estrutura de Benefício Definido. O plano é oferecido aos funcionários da patrocinadora CASAN, e foi aprovado em 6 de agosto de 2008.

Ativos do plano

As políticas e estratégias de investimento do plano têm como objetivo reduzir o risco por meio da diversificação, considerando fatores tais como as necessidades de liquidez e o status financiado das obrigações do plano, tipos e disponibilidade dos instrumentos financeiros no mercado local, condições e previsões econômicas gerais, assim como exigências estipuladas pela lei local de aposentadorias. A alocação dos ativos do plano e as estratégias de gerenciamento dos ativos externos são determinadas com o apoio de relatórios e análises preparados pela CASANPREV

A taxa de rendimento esperada de longo prazo dos ativos do plano foi determinada com base no rendimento médio ponderado estimado dos ativos do plano, o que inclui títulos de renda fixa, ações, imóveis e empréstimos. Essa taxa projetada de longo prazo inclui a taxa projetada de inflação de longo prazo e leva em consideração fatores como as curvas projetadas de taxa de juros futura e as projeções econômicas disponíveis no mercado.

Em 03 de abril de 2007 a Companhia contratou a empresa DATA-A com objetivo de efetuar o levantamento atuarial junto aos empregados, promovendo as proposições para formulação dos regulamentos dos planos de benefício, visando seu registro junto a Secretaria de Previdência Complementar.

Em 13 de novembro de 2007, o Conselho de Administração aprovou a estruturação financeira do plano de previdência privada a ser gerenciado pela CASANPREV e para Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social, para promoção dos devidos registros.

No dia 19 de março de 2008, o Departamento de Análise Técnica da Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência, aprovou o Estatuto e autorizou o funcionamento da Fundação CASAN de Previdência Complementar – CASANPREV, como Entidade Fechada de Previdência Complementar (publicado no Diário Oficial da União – seção 1, do dia 20 de março de 2008).

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Ficou estabelecido o prazo de 180 dias para o início efetivo das atividades, contatos a partir da data de publicação desta Portaria, sob pena de cancelamento da autorização concedida.

A Diretoria Colegiada da CASAN reunida na data de 31 de março de 2008, com base na decisão do Conselho de Administração da Companhia, considerando a autorização da Secretaria de Previdência Complementar - SPC do MPS de forma a efetivar o funcionamento da Entidade, aprovou a constituição, bem como, indicou nessa oportunidade os representantes dos Conselhos de Administração e Fiscal, bem como a Diretoria Executiva da CASANPREV.

b) Participação nos lucros e resultados

No Acordo Coletivo 2013/2014 foi aprovado que o montante a ser distribuído a título de participação dos empregados da Companhia é o equivalente a 5% dos lucros.

Receita diferida

O montante de R\$17,5 milhões em 31 de dezembro de 2013 (R\$15,4 milhões em 31 de dezembro de 2012) refere-se a recursos previstos no Orçamento Geral da União (OGU), destinados a CASAN para o desenvolvimento de obras previstas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

A realização de tais valores se dará a partir do momento da entrada em operação das referidas obras, tendo como base de realização, a amortização dos investimentos efetuados e como contrapartida o resultado do exercício.

Os valores a serem reconhecidos no balanço patrimonial são como segue:

Item	31/dez/13	31/dez/12
<u>Plano CASANPREV</u>		
Valor presente das obrigações de benefício definido financiadas	172.471	132.059
Valor justo dos ativos do plano	-101.127	-59.974
Ganhos (perdas) atuariais não reconhecidos	-3.180	-9.186
Passivo líquido a ser reconhecido para obrigações de benefício definido financiadas	76.946	81.271

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**10.6 Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:*****a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las.***

Os controles internos da CASAN abrangem os procedimentos que asseguram a precisão dos seus registros contábeis; a preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas vigentes; e a devida autorização das transações relacionadas com aquisições, uso e disposição dos bens da Companhia.

Os diretores consideraram plenamente satisfatório o grau de eficiência dos controles internos, com base na avaliação realizada e, desta forma, concluiu-se que os principais riscos que poderiam afetar as demonstrações financeiras foram devidamente atenuados.

b) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente.

O trabalho da auditoria independente realizado na CASAN limita-se a expressar opinião sobre as demonstrações contábeis emitidas pela Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados**10.7 Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar:**

a) como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

b) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição.

c) caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

A Casan não realizou nenhuma Oferta Publica de valores mobiliários, portanto não se aplicam os itens acima.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios**10.8 Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:**

a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

- i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos.**
- ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos.**
- iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços.**
- iv) contratos de construção não terminada.**
- v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos.**

Todas as operações foram apresentadas nas Demonstrações Financeiras.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

Não existem ativos e passivos detidos pela Companhia que não aparecem em seu balanço patrimonial.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante**10.9 - Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar:**

- a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor.
- b) natureza e o propósito da operação.
- c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação.

Não existem ativos e passivos detidos pela Companhia que não aparecem em seu balanço patrimonial.